



GT02 - História da Educação – Trabalho 111

MITOS FUNDADORES DA ANPAE: IMPLICAÇÕES TEÓRICO-POLÍTICAS

Evson Malaquias de Moraes Santos - UFPE

Resumo

Analisou-se o imaginário social da fundação da ANPAE (C. Castoriadis). Entende-se que a sociedade só existe pelas e para as instituições. A ANPAE foi fundada na época do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Qual o significado do mito fundador para essa instituição associativa científica? O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido? Quais implicações político-científicas na manutenção de um mito fundador no momento presente em que o Brasil vive? As fontes foram exemplares da RBPAE, textos dos sítios virtuais da entidade. Análise de discurso e de texto contexto (Norman Fairclough e Le Goff). Resgatam-se seus fundadores como seres magníficos, excepcionais, inexistindo críticas, observações negativas. Pesquisas acadêmicas teóricas são contaminadas pelo mito fundador. Associar a democracia a Anísio Teixeira é procedente, mas associá-la genericamente aos pioneiros e fundadores, é imprudente. Os projetos dos pioneiros não eram os mesmos para todos. Uns já tinham laços políticos e ideológicos com o autoritarismo, outros, na inserção pela teoria e no vínculo profissional (“técnicos”), e ainda outros assumiram a ditadura civil-militar, em cargos “administrativos”.

Palavras-Chave: Mito fundador ANPAE, teoria da administração, ditadura civil-militar

Analisou-se aqui, o imaginário social da fundação da ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação), criada no dia 11 de fevereiro de 1961, no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar. Participaram do I Simpósio Anísio Teixeira e Paulo Almeida Campos (RJ); Antonio Pithon Pinto (BA); José Querino Ribeiro, Carlos Corrêa Mascaro e Moysés Brejón (SP) – no total, foram 53 professores, sendo 23 mulheres professoras.

A ANPAE, na perspectiva teórica adotada aqui, é uma entidade (organização juridicamente estabelecida) e instituição imaginária (identidade “científica”), criação sócio-histórica, ou seja, criação (não é determinada, é imaginação, que é apreendida pelos seus efeitos) e produção de sentidos de si (enquanto instituição científica que cria identidades específicas processualmente) e do outro (tudo aquilo que não é científico).

Entende-se que a sociedade só existe pelas e para as instituições. As instituições são imaginárias, ou seja, elas se fazem pela representação, pela afetividade e pela intencionalidade. Elas não precisam da escrita e da formalidade para existirem - a escrita e a formalidade são formas já instituídas. Se são instituições imaginárias, são produtoras de sentidos. Não há sociedade sem instauração de sentidos. A pesquisa das instituições imaginárias é um estudo de interpretação (CASTORIADIS, 2000).

Este estudo exigirá adentrar no mundo complexo da imaginação dos afetos, das representações e da intencionalidade, ou seja, nas questões das identidades, das ideologias e das práticas políticas e suas implicações no presente. A pesquisa do mito fundador é um estudo sobre o olhar para o passado com consciência crítica sobre ele, visando o presente. A investigação do mito fundador é o estudo das origens do caos para a cultura – é o (re)conhecimento da paternidade (da autoridade).

Como diz Sahlins (1997), a cultura é produzida e alterada na ação: “A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades”(…) O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente porque (...) os significados são reavaliados quando realizados na prática”. Se há “culturas diferentes”, há “histórias diferentes”. (SAHLINS, 1997, p. 7, 11).

Não se pretende aqui atuar em vias de iconoclastia, mas na construção de uma outra relação com os mitos fundadores, constituir uma reflexividade sobre eles, já que na perspectiva teórica adotada aqui, não há sociedade e organização social sem seus mitos fundadores. Como também adverte Le Goff, à memória e à história, deve-se “trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão” (LE GOFF, 2013, p. 437).

Conforme Enriquez (1997), as características das instituições são: 1) Se fundamentam num saber que tem força de lei, que se apresenta como a expressão da verdade; 2) A lei deve interiorizar-se nos comportamentos concretos, nas regras de vida organizadas; 3) Se originam a partir de uma pessoa principal, colocando a questão da paternidade; 4) Se apresentam como diretamente reprodutoras, quer dizer, reproduzir os mesmos homens; 5) A coação é um elemento forte, com interdições de limites, impedindo desvios. (ENRIQUEZ, 1997, p. 72-73). O mito, argumenta Enriquez (1997), “trata de congregar a comunidade em torno da narrativa, provocando nela uma identificação com os protagonistas do drama, cada um sendo colhido nesse processo afetivo (...) o mito é criador de vínculo social, baseado na admiração, na sideração e no

amor”. Por outro lado, o mito incide sobre o intelectual, o simbólico, as representações que se estreitam/distanciam com o/do “real”. Isso quer dizer que o mito se “desgasta”, não consegue ser o mesmo em tempos posteriores, agir com a mesma intensidade, “por isso, repitamos, é preciso, às vezes, inventá-los ou tomar emprestado outros” (ENRIQUEZ, 1997, p. 42-43).

A ANPAE foi fundada na época do nacionalismo e do desenvolvimentismo. Desenvolver-se era industrializar-se, era planejar-se. O Estado fora chamado a ser ator da economia e da administração racional desde os anos 30. Os indicadores educacionais e sociais eram alarmantes – uma das justificativas desse Estado planejador científico. Este já tinha se apropriado desse conhecimento para gerir seu aparelho desde Getúlio Vargas (1937-1945) quando o mesmo criou (1938) o Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), Juscelino Kubitschek (1956-1961) fez do planejamento sua alma desenvolvimentista (50 anos em 5); Jango (1961-1964) envolvido em direitos sociais e o papel do capital estrangeiro na economia nacional; os nacionalistas dividiam-se entre si.

Angélica Lovatto, em seus estudos sobre a “utopia nacionalista” de Hélio Jaguaribe, o criador do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), (1955), não era defensor da ditadura, mas com a instauração da mesma, acomodou-se em concordância com sua visão nacionalismo/desenvolvimentismo e viu aspectos positivos, já que “o regime militar acabou realizando as bases para o abandono da situação de subdesenvolvimento do país, através de uma ‘ampla mas judiciousa’ utilização do capital e da tecnologia estrangeiros” (LOVATTO, 2010, p. 80) - o seu nacionalismo não negava a participação do capital estrangeiro, o que desagradou outros isebianos. Ele, por desconfiar de que a burguesia industrial não tinha condições de vanguardear o processo, insere em sua análise a necessidade de um “estado neobismarckiano”, que em função do atraso brasileiro — e para sua superação — teria que ser forte e autoritário, planejador e intervencionista. Mas isto não significava que devesse ser despótico ou ilegítimo. À burguesia industrial caberia o papel de direção, uma vez que, definida pelo autor como classe mais autêntica e representativa dos interesses da industrialização, seria a única que poderia levar a cabo a constituição desse tipo de estado. (LOVATTO, 2010, p. 66)

Para alguns intelectuais a educação era central para o desenvolvimentismo, este só teria sentido de ser se fosse nacionalista: luta contra valores “inautênticos”. Anísio

Teixeira (1961) era um dos representantes dessa corrente nacionalista em defesa de uma educação e cultura “autêntica”. Há de se separar ele dos pioneiros que criaram a ANPAE, pois há diferença abissal, no plano teórico, entre o nacionalismo e a defesa da democracia entre esses, não sendo um bloco monolítico que se juntaram, todos, em nome do conhecimento científico e da “educação democrática”.

Assim, se pergunta: Qual o significado do mito fundador para essa instituição associativa científica? O que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido na narrativa? Quais referências simbólicas e semânticas são recorridas para construção de suas identidades? Quais implicações político-científicas na manutenção de um mito fundador no momento presente em que o Brasil vive?

As fontes principais foram exemplares da RBPAE. As amostras selecionadas foram as referentes às comemorações de aniversário da entidade, textos dos sítios virtuais da entidade, os livros publicados sobre as mesmas.

Algumas perguntas foram realizadas para as amostras: Quem é o sujeito que se diz, e como se diz de si próprio? Quem está ausente/presente no dizer/representar? A quem se diz servir a instituição? Quem são aqueles que sofrem ou recebem a ação da instituição? A análise se concentrará na intertextualidade, articulada com as questões não-linguísticas. As noções “ambivalência”, “pressuposições”, aqui foram acionados para análise (FAIRCLOUGH, 2005).

1. Pioneiros e mestres: sentidos e significações

O imaginário social é “identificado” pelos seus efeitos. *Afeto* vem do latim *affectus* (afetar, tocar) e “constitui o elemento básico da afetividade, conjunto de fenômenos psíquicos que se manifestam sob a forma de emoções, sentimentos e paixões, acompanhados sempre da impressão de dor ou prazer, de satisfação ou insatisfação, de agrado ou desagradado, de alegria ou tristeza” (CODD E GAZZOTTI, 1999, p. 51).

No que se refere à identidade fundacional, resgata-se seus fundadores como seres magníficos, excepcionais. No campo das comemorações não existem críticas, destaques, observações negativas sobre nenhum deles. Nos anais e nas publicações de artigos em revistas científicas da área, pela imposição linguística da ciência, observam-se críticas conceituais e de concepção no pensamento de uns estudados, contudo, sempre com uma

concessão, associando os pioneiros estudados à continuidade de hoje, e alguns chegam até a defender que são eles democratas ou suas ideias podem ainda estar associadas às concepções emancipadoras das de hoje. A ANPAE “foi concebida” como portadora de uma “missão” imaginária (de luta) naturalizada das ideias fundadas sob virtudes inalienáveis, inegociáveis (educação para todos, construção do pensamento científico, defesa da democracia, servir ao Estado democrático) – “alicerçadas nos princípios de valores da solidariedade”, “liberdade”, “justiça social” (SANDER, 2007).

Ora, esse discurso enquanto tal, social, é expressão de “pressuposições”, que “são tomadas pelo(a) produtor(a) do texto como já estabelecidas ou ‘dadas’” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 155) e que, “em muitos casos de pressuposição, o 'outro texto' não é um outro texto especificado ou identificável, mas um ‘texto’ mais nebuloso, correspondendo à opinião geral”. A pressuposição é uma forma implícita já dada enquanto tal na relação. A pressuposição de uma “democracia originária”, de uma entidade que já nasceu do bem com pessoas de bem, vai acompanhar vários discursos memorialistas e de analistas acadêmicos. Assim, o autor visa incidir o presente (o “já dito”, o “instituído” – a identificação ideológica do autor à Constituição de 88, a LDB “democrática”, como fatos sociais concretos, por exemplo), como expressão do passado. Transpôs, imaginariamente, o presente para o passado, permitindo um diálogo do presente com este – identificando-se e valorizando, então, esse passado.

Recorrem-se com frequência aos verbos no pretérito perfeito composto e no gerúndio do verbo “ser” “tem sido e vem sendo” (sentido de continuidade e de continuação), o que sugere “essência”, “existência substancial” e existência contínua, ininterrupta, não se distanciando do caminho originário – sentido bastante presente nas narrativas. O ontem é o hoje, o hoje, será um futuro, sendo o mesmo do passado. O retorno é certo: o passado é a referência. O presente é o ontem puro, que apenas segue o hoje, sabendo estar à altura, de seus “mestres”.

Recorre-se, com certa frequência, ao uso do verbo “ser” no presente do indicativo, na terceira pessoa do singular (“é”) e primeira do plural (“somos” – aqui, a “ANPAE somos nós”). Sabe-se que o uso do verbo ser na 3ª pessoa do singular e no presente do indicativo, produz, naturaliza coisas e pessoas através da noção de essência (ele/a “é”), produzindo efeitos de verdade de “essência” e existência incontestes.

2. Mitificação e implicações nas produções acadêmicas

Benno Sander (2007) identifica os “mestres fundadores” como os “primeiros professores contemporâneos de pesquisa, ensino e exercício de administração educacional.” E que seus antecessores (Lourenço Filho e Carneiro Leão), ligando-os todos a uma mesma linha do tempo, sem contradição, destacando até que “todos”, subentendendo-se, que defendiam uma “educação popular” (?!), e o autor recorre a expressões como “tomada de consciência” e argumenta que visavam “defender e valorizar pesquisadores e docentes”, uniformizando-os e homogeneizando-os personagens diversos, em tempos históricos distintos, buscando uma linha de tempo não conflitiva, linear, atemporal.

Santos e Ferreira (2012) associam Querino Ribeiro a “lutador” que se destacou na “luta pela democratização” da educação, simplesmente porque existia um discurso de defesa da descentralização, que advinha do Manifesto dos Pioneiros (1930). Essa tendência de “mitificar” os pioneiros da Educação e outros “à luta democrática” generalizando sem discutir os conceitos, seus sentidos e os contextos no tempo histórico de então, traz sérios problemas teórico-políticos. Santos e Ferreira (2012) afirmam que na década de 30 já se advogava, sem apresentar dados, inícios de “discussões e um longo processo de luta em torno da democratização da gestão educacional no Brasil”.

Confundir “descentralização”, “nacionalização”, “desenvolvimentismo” com democracia é problemático, já que não existe correspondência histórica, como já se viu. Esse imaginário de linha do tempo linear (mas de retorno), certamente contribui para certas confusões conceituais de associação entre “descentralização” (autonomia) e “nacionalismo”, com “democracia”. Sobre essas relações, esses autores observam que “Querino Ribeiro (*idem, ibid*, 1968) já denunciava a dificuldade dos administradores escolares, de atuarem livres das exigências políticas de seus superiores” (RIBEIRO, 1959 *apud* BREJON, 1968, p. 45); (SANTOS e FERREIRA, 2012). Ora, Querino Ribeiro não se punha por defesa da “democracia escolar” e contra os políticos e os governos, mas por sua compreensão da Teoria Clássica: a gestão se passava nas “empresas”. A escola (a “empresa”) precisava da “autonomia” para que sua teoria pudesse ser exposta em nome da eficiência educacional. A especificidade da escola passa pelo reconhecimento da “unidade econômica”, não significando que ele tinha o princípio de democracia na gestão.

Paro (2009), em texto instigante¹, vem defender o caráter democrático educacional dos textos de Querino Ribeiro, focando “especialmente no *Ensaio*, ao mesmo tempo em que afirma a legitimidade de aplicação dos princípios da teoria geral de administração à situação escolar, Ribeiro oferece uma concepção de educação e de escola cujos objetivos são totalmente antagônicos aos da empresa capitalista em geral”. Quase que por sinonímia, pela sua preocupação de pensar a administração escolar como questão central a ser fundada no Brasil, associa-o a Carneiro Leão², “que, já em 1939, no prefácio da primeira edição de sua obra “Introdução à administração escolar”, afirmava que ‘nenhum problema escolar sobrepuja em importância o problema de administração’” (LEÃO, 1953, p. 13)”. (PARO, 2009, p. 454).

Paro (2009) o localiza como um “humanista” e um “emancipador”, associando seu pensamento a “uma concepção de educação como formação do ser humano em sua integralidade de sujeito, de ser de vontade, autor de sua história, incompatível, portanto, com qualquer metodologia de ensino ou qualquer pedagogia que não leve em conta esse caráter, ou que favoreça uma relação de dominação”. Mesmo reconhecendo que sua obra sinaliza para a “empresa capitalista” como referência, o autor conclui que “parece totalmente inadmissível sua concordância com procedimentos que contrariassem a vocação democrática e pública do ensino e da instituição escolar, como pretendem fazer aqueles interessados em “privatizar” a administração escolar com os modismos advindos da administração empresarial.” (PARO, 2009, p. 457).

Consciente da defesa da teoria de administração empresarial em seu pensamento, o autor releva esse aspecto ao perceber que em Querino Ribeiro não predominava uma visão de empresa como “estratégia de dominação”. Com a expressão “parece claro”, enfaticamente destaca, que os estudos de Querino sobre a administração na escola, “os importantes objetivos educacionais, não era transportar para a instituição escolar as técnicas e estratégias de dominação presentes na empresa tipicamente capitalista, cuja percepção crítica lhe escapava” (PARO, 2009, p. 459).

¹ Vitor Paro faz extensas críticas ao pensamento de Querino Ribeiro no texto e não serão expostas aqui as diferenças de argumentações. O que interessa aqui é mostrar as convergências de idealização sobre este autor especificamente.

² Carneiro Leão sofre influências higienistas. Eugenia significa “bem nascido”, eugenismo, um conjunto de práticas que visam melhorar a raça humana. A escola seria o lugar adequado para “formar” pessoas “sadias”, “corpos sadios”, e a rua era representada como lugar negativo: vadiagem, criminosos, etc. Ele separa os “normaes” dos “anormaes”. (PESSOA, 2015, p.84).

Assim ele conclui que é possível, ainda hoje, aproveitar o pensamento de Querino Ribeiro para discussão de organização e administração das escolas. “Portanto, é possível, sim, fazer avançar a reflexão a respeito da organização e administração das escolas”, afirma enfaticamente Paro (2009, p. 459), “aproveitando o contributo teórico de José Querino Ribeiro”, desde que “se tenha presente sua visão de empresa, bem como a consciência dos limites impostos por sua concepção da sociedade capitalista”. Ou seja, desde que ele mude sua concepção de sociedade (seria pedir demais) o que seria impossível.

Drabach e Mousquer (2009), corretamente diferenciam os pioneiros de 20 a 60, classificados como concepção dominante “mecânica”, de Anísio Teixeira que já aponta a especificidade da escola e contraria a visão racionalizadora da administração da escola. Contudo, como os autores anteriores, associam os pioneiros educacionais da década de 20/60 aos da década de 80, recorrendo ao advérbio “da mesma forma”, que tem na sinonímia, “semelhança”, “identidade”, o seu sentido. Conforme ela,

“da mesma forma que os pioneiros buscaram superar o modelo empirista e normativo (...) baseado nas proposições da racionalidade científica, os intelectuais da década de 1980 buscaram, frente a uma sociedade capitalista cada vez mais excludente, superar a visão tecnicista e de neutralidade aderida a esta prática, apontando para a sua função política no seio da transformação”. (DRABACH e MOUSQUER, 2009, p. 277).

O que os pesquisadores fizeram, da década de 80, não foi “da mesma forma”, mas “de forma diferente”, os negaram diferente e divergentemente. Pereira e Andrade (2007) afirmam que desde a década de 70 até 80, “o campo educacional [e outros como a arquitetura, etc] brasileiro passou por um estado intenso de politização” e “rompimento com as teorias estritas de administração de empresas (...) ou melhor, rompimento com a racionalidade operacional do capital” (PEREIRA e ANDRADE, 2007, p. 144-145). O enfoque será de “administração participativa, planejamento participativo, em prática social transformadora”, rompendo com a predominância funcional e contributiva ao Estado capitalista “racional e desenvolvimentista” – ou seja, diferente e divergente.

Não havia nenhum questionamento do capitalismo entre aqueles autores – mesmo o de Anísio Teixeira que tinha a questão da democracia bastante aguçada. A busca era para *aperfeiçoar* a escola diante do capitalismo (nesse sentido, diferença ontológica, não existe mudança no tempo deles) os da década de 80, apesar de distintos, também,

genericamente, criticam o capitalismo, e visam construir um aparato teórico-conceitual oposto ao capitalismo.

Essa visão idílica da ANPAE se manifesta novamente, quando o autor (Sander, 2011) recorre a Geraldo Vandré (“Quem sabe faz a hora”), música da resistência política contra a ditadura civil-militar, para “reler a narrativa anpaeana” (qual releitura?) e assim “somos convidados a reler a narrativa anpaeana e a tomar a história na mão para escrever um novo capítulo”. Indiretamente liga a “resistência à ditadura civil militar à ANPAE”. Além de Geraldo Vandré, o autor vai buscar em Paulo Freire, em sua *Pedagogia do Oprimido* e em *Pedagogia da Autonomia*, e associar aos pioneiros de 61. Conforme ele:

Esta foi a preocupação de Paulo Freire em sua ‘pedagogia dialógica’, fundada na ética da convivência humana, que ele defendeu em toda a sua obra, desde a sua *Pedagogia do Oprimido* (1967) até a sua *Pedagogia da Autonomia* (1996). Este foi também o grande ideal de nossos mestres em 1961, ao fundarem a Anpae como espaço de convivência e promoção humana no campo da política e da gestão da educação (SANDER, 2011, p. 355).

Rebelatto (2014) foi a única autora, até o que se teve de acesso, que assertou o caráter dos pioneiros da ANPAE como representando a “teoria clássica”, tanto nos princípios proclamados, quanto nas práticas. Contudo, em sua visão, na ANPAE essa diferença não é “superada”, mas “alterada” Ela deixa claro que “se, no princípio, inclusive por influência de seus fundadores, a Anpae seguiu os princípios e práticas da escola clássica de administração, com o passar do tempo essa influência foi alterada a partir das contribuições das ciências sociais” (REBELATTO, 2014, p. 329). Ela critica o Estado brasileiro, e que a LDB e o PNE 2001-2010 representou sua contraposição por predominar uma “visão positivista e funcionalista”, foi “superado”. Ora, os pioneiros não eram da “teoria clássica” (adotada pelo Estado em certo momento histórico), então, eles não deveriam ser analisados como “superados” e não “alterados”?

Marinho (2014), de forma enfática e direta reconhece a existência de um caráter democrático no pensamento e prática nos pioneiros de 30/60. Citando Brejon, que faz a defesa do uso do fayolismo para empregar na escola (“seria preferível que a atenção dos professores se concentrasse no estudo dos ‘princípios’ da administração, à moda do Taylorismo, do Fayolismo e de outros autores?”), em seguida, fazendo alusão à década de 30, sem distinção, devendo-se incluir aí Carneiro Leão, afirma, sem dúvida: “Esses

autores tinham como base o pensamento de uma escola democrática, e na explanação dessas teorias (Administração Clássica e Científica), buscaram, ao seu modo, aperfeiçoá-las em função da escola”. (MARINHO, 2014, p. 61-62).

3. Pioneiros e mestres: profissão e política

Levantaram-se dados no Jornal Folha de São Paulo sobre os pesquisadores e professores Anísio S. Teixeira (apenas do período de sua morte março de 1971), José Querino Ribeiro (9/10/1960 até 18/10/1979) e Carlos Mascaro (março de 60 ao final do ano de 1971). Escolheu-se a FSP como fonte por serem todos eles de São Paulo e, também, porque as amostras estavam disponíveis em internet. Nesta pesquisa incluiu-se busca de dados sobre o pernambucano Edson Moury Fernandes, já que o jornal o cita como membro do Conselho Deliberativo da ANPAE, eleito no I Simpósio.

Também se recorreu a uma publicação do MEC, III Conferência Nacional da Educação, realizada em 1967, sob a participação direta de Carlos Mascaro. Para Mascaro (1968), essas conferências, organizadas e dirigidas pela ditadura civil-militar, “se têm transformado em um amplo fórum de debates” e “sobre os seus problemas mais relevantes”. Ele destaca, também, a “sequência lógica da coerência interna que se vai caracterizando ao longo do natural desdobramento das sucessivas reuniões” e faz considerações sobre os temas gerais de cada uma, como comprovação de seu enunciado. Reconhece ainda que as conferências “mostram que é positivo o saldo de seus resultados” e que se está formando e difundindo uma “consciência educacional responsável e capaz” e que dias melhores, promissores e esperançosos (“auspiciosamente”) virão da “ação político-administrativa lúcida e conseqüente a se desenvolver” (MASCARO, 1968, p. 49-51).

Em concordância ainda com seu imaginário “desenvolvimentista”, defende a necessidade de “planejar racionalmente”, reconhece satisfatoriamente, que “a educação já é, no Brasil, uma ideia posta em marcha, em busca de seus difíceis caminhos operacionais” e que já se deu um “grande avanço” “na colaboração interadministrativa das esferas do poder público responsáveis pelos rumos da educação nacional”, e encerra observando que “estudos e pesquisas são estimulados para garantir a adequada medida do desenvolvimento do processo educacional, reestruturam-se antigos órgãos e criam-se

novos organismos para que uma administração racional dos negócios da educação produza os frutos desejados” (MASCARO, 1968, p. 51).

Pode-se dizer que Querino Ribeiro era um “técnico da teoria”. Diz-se técnico porque em sua trajetória, até agora levantada, prestou serviços aos estudos da Educação e a cargos referentes ao mundo acadêmico – foi diretor por 6 anos da Faculdade de Educação da USP e do INEP. Inexiste, até agora, exposição pública sobre política e seus anseios para a sociedade. Sua presença social, pelo jornal, até aqui investigada, deu-se em sua vida profissional na USP (em evento ou como diretor da Faculdade de Educação), em eventos gerais de educação, participação em bancas de doutorado, coordenando cursos de especialização para professores. No primeiro momento ele é apresentado como “educador” e o tema versado são “falhas relativas ao planejamento”³; outra faz referência à abertura⁴ e ao encerramento⁵ do I Simpósio com a fundação da ANPAE, com a constituição do Conselho Deliberativo com mandato até o próximo Simpósio, por Pe. Teobaldo L. Frantz, Edson Moury Fernandes e Anísio Teixeira. Divulga-se também sua participação numa banca de doutorado⁶.

Uma observação sobre Edson Moury Fernandes⁷: formado em Direito pela Faculdade de Direito, foi deputado federal nos anos de 1955-1959, e na ditadura, em 1967-1969, pela ARENA, partido da ditadura. Foi secretário de Educação no governo Paulo Guerra, com a deposição de Arraes pela ditadura civil-militar. Assume a legislatura nos anos 63-67 (de Pernambuco) pela legenda Frente Popular Democrática (PSD/UDN), partidos oligárquicos.

José Querino é um “técnico-teórico” preocupado com a educação em geral. Ele assumiu cargos de confiança no MEC durante a ditadura entre os anos de 1967 e 1969, estando diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, do MEC/INEP. Esse cargo, sem dúvida, teve a presença indireta de Mascaro, já que este assumiu o INEP por três anos, e eles eram bastante próximos. Um outro cargo de confiança foi o de chefe do departamento por seis anos, na Faculdade de Educação da USP. Esses dois cargos são de confiança. Não se se pode esquecer que era o tempo da ditadura civil-militar – por

³ Folha de São Paulo. São Paulo. **Educador critica a atual forma de avaliação do rendimento escolar**. 9/10/1960, p. 10.

⁴ Folha de São Paulo. São Paulo. I SIMPÓSIO de Administração Escolar, 26/01/61 p. 6

⁵ Folha de São Paulo. São Paulo. Encerrou-se o I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar com a Fundação da Associação Nacional de Professores. Primeiro Caderno. 12/02/61, p.6

⁶ Folha de São Paulo. São Paulo. Defesa de tese de doutoramento. Primeiro Caderno. 30/10/61, p. 8

⁷ Conferir biografia no CPDOC/FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/edson-moury-fernandes>. Acesso 24 jan 2017.

mais que a atribuição seja “técnica” há comprometimento com as violências da ditadura. Não se pode esquecer que, conforme a Folha de São Paulo, divulgando dados da Comissão de Verdade da USP⁸, 644 docentes e estudantes e servidores foram perseguidos de alguma forma. De que lado ficou? E como ficou?

Não se pode deixar de registrar que há suspeitas sérias de que Anísio Teixeira foi assassinado e não morreu por “acidente”. Emiliano José (2014), na Carta Capital, relembra esse episódio.⁹

A trajetória profissional de Mascaro – que tem ligações com a política – leva a crer que, antes de um “homem prático”, era um “técnico-político”. Em 1960, ano antecedente à criação da ANPAE, ele foi eleito conselheiro do Centro do Professorado Paulistano (CCP), São Paulo, como o 10º mais votado e o encabeçador da chapa, Sólon Borges dos Reis, deputado estadual, o mais votado.¹⁰ Sólon foi Deputado estadual (1959-1979), presidiu a Comissão de Educação e da Cultura na Assembleia Legislativa. No pleito de 1966, candidatou-se e foi eleito deputado estadual pela terceira vez, pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da ditadura, tendo obtido 20.959 votos.¹¹

Chega-se agora ao período da ditadura e Mascaro aparece em vários cargos, tanto prestando serviço ao MEC quanto ao governo biônico do Estado, Laudo Natel (1971-1975). Ele é citado em nota como secretário executivo do censo (provavelmente nacional, já que se refere a Estados), com informação do Rio de Janeiro, e visita escola acompanhando processo.¹² No ano seguinte é citado como nomeado pelo governo do Estado de São Paulo para ser membro do Conselho Estadual de Educação¹³. Dois anos após, em 67, Mascaro é citado numa recepção em SP, no CRPE, ao ministro de Educação Tarso de Abreu, acerca do acordo MEC-USAID, a quem entrega relatório para subsidiar o acordo. Matéria extensa e valorizada pelo jornal. Prof. Dumerval Trigueiro, membro do Conselho Federal de Educação, critica documento por ser

⁸BILENKY, Thais. **Comissão da USP lista 664 perseguidos pela ditadura**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538849-comissao-da-usp-lista-664-perseguidos-pela-ditadura.shtml>

⁹ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/o-assassinato-de-anisio-teixeira-2603.html>.

¹⁰ Folha de São Paulo. São Paulo. **Vitoriosa a Situação no Pleito do Centro do Professorado Paulista**. 06/09/60, p.12.

¹¹ **Sólon Borges dos Reis: uma vida dedicada à educação**. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=285395>. Acesso em: 24 jan 2017.

¹² Folha de São Paulo. São Paulo. **Secretário Executivo do Censo Escolar**: 7/10/64, p.9 2 edição; 6/1/65 p.12.

¹³ Folha de São Paulo. São Paulo. **Nomeações no Conselho de Educação**. 08/07/65, p.5

essencialmente quantitativista, diz o jornal.¹⁴ Um dia após, matéria informa protesto de estudantes acerca de moradia. Mascaro é citado em negociação estadual/federal.¹⁵ Quatro anos mais tarde Mascaro é citado visitando a Folha de São Paulo, com a presença do representante da UNESCO Jules Vaska.¹⁶ Mascaro é designado pelo governo do Estado para coordenar construção de prédios no Estado.¹⁷ Em várias matérias, ao longo do ano de 1971, Mascaro é citado sobre reforma do ensino no Estado de São Paulo. Uma delas mostra a parceria com a OEA, e que recursos virão de fora, e Mascaro é apresentado como assessor técnico da secretaria.¹⁸ Sobre o mesmo assunto, em outra matéria, Mascaro é identificado como assessor de gabinete da Secretaria de Educação e coordenador do grupo tarefa que terá a responsabilidade de apresentar relatórios parciais para a Secretaria de Educação.¹⁹ Em outra notícia, informa que governo do Estado constituiu e empossou Grupo de Trabalho para elaborar planejamento prévio para implementação da reforma que teve o professor Mascaro como coordenador.²⁰ Em matéria seguinte, realça estudos temáticos da OEA com os especialistas da Secretaria de Educação. Mascaro expressa, conforme o jornal, que “será uma oportunidade excepcional para exame de ideias e experiências”.²¹ Continuando a mesma temática da reforma, Mascaro é citado como um dos palestrantes que abordaram o tema do financiamento da educação.²² No dia seguinte a matéria expõe as intenções do governo com a reforma e o conteúdo da palestra de Carlos Mascaro. Matéria extensa.²³ Vinte e quatro horas depois comunica que a comissão é coordenada por Mascaro e dá outras informações. Reunião com a OEA.²⁴

¹⁴ Folha de São Paulo. São Paulo. **MEC-USAID: Comissão informa Tarso.** 17/5/67, p.7.

¹⁵ Folha de São Paulo. São Paulo. **Costa recebe estudantes e atende seus pedidos (Sodré diz a deputados que não aceita a pressão dos estudantes).** 18/05/67, p.7.

¹⁶ Folha de São Paulo. São Paulo. **Visita a Folha.** 25/03/71, p. 13.

¹⁷ Folha de São Paulo. São Paulo. **Integração na Química de Lorena** 6/5/71, p.15.

¹⁸ Folha de São Paulo. São Paulo. **Natel: Recursos de fora do ensino.** 1/7/71 p.12

¹⁹ Folha de São Paulo. São Paulo. **Reforma do Ensino e mestres no Ribeira.** 25/08/71, p.9.

²⁰ Folha de São Paulo. São Paulo. **GT da reforma empossado.** 2/09/71, p.7.

²¹ Folha de São Paulo. São Paulo. **Reforma do Ensino é discutida (Oportunidade para estudar).** 1/10/71, p.8.

²² Folha de São Paulo. São Paulo. **Reforma e recursos humanos.** 6/10/71, p.8.

²³ Folha de São Paulo. São Paulo. **Natel: Reforma a curto prazo.** 7/10/71, p.16.

²⁴ Folha de São Paulo. São Paulo. **Termina reunião sobre o ensino.** 8/10/71, p. 12.

Considerações finais

Descortinar os mitos fundadores da ANPAE permitiu identificar nesta entidade uma realidade sócio-histórica concreta, reconhecendo-os como seres históricos, portadores de valores e cultura, logo, comprometidos com instituições de rupturas e ou conservacionistas. Não estão para além do bem e do mal.

Citar a democracia associada a Anísio Teixeira é procedente, mas associá-la genericamente aos pioneiros e fundadores, é imprudente. Os projetos dos pioneiros presentes no I Simpósio não eram os mesmos de todos eles. Uns já tinham laços políticos e ideológicos com o autoritarismo, outros, materializavam seu compromisso com esse projeto pela inserção na teoria e no vínculo profissional, e ainda outros o assumiram de frente, em cargos administrativos, na ditadura civil-militar.

Se o mito implica lembranças (e memória), implica, também, esquecimento. Riccoeur (2007) nos obriga a fazer um “dever de memória” que é a do exercício de “dever não esquecer”. Ele elenca três dimensões ético-políticas deste “dever”: 1) “fazer justiça, pela lembrança, a um outro que não a si”; 2) a ideia de dívida, implica a de herança, já que “somos devedores de parte do que somos aos que nos precederam”; 3) “reparação à vítima”, aos que estamos endividados, “a vítima em questão aqui é a vítima outra, outra que não nós” (RICCOEUR, 2007, 101-102). Temos esse dever com a história, com a memória, e nessas, com Anísio Teixeira – provavelmente assassinado pela ditadura-civil-militar.

Não há como fazer concessão ao mito já que o tempo de hoje é o tempo das ocupações das escolas de vários estados e das universidades públicas pelo país afora. Catedrático não apoia(ria) ocupações, tendo em vista que isso seria uma afronta à sua autoridade inquestionável. O tempo dos pioneiros é o tempo da verticalidade, preocupado com o desenvolvimento escolar; o das ocupações é o da horizontalidade, de construções de novas subjetividades e de novos projetos.

Bibliografia

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 2000.

CODO, Wanderley e GAZZOTTI, Andréa A. Trabalho e afetividade. In: **Educação, carinho e trabalho**. CODO, Wanderley (Org.). Petrópolis : Vozes, 1999, p. 48- 59.

DRABACH, Neila Pedrotti e MOUSQUER, Maria Elizabete. Dos primeiros escritos sobre administração gestão escolar no Brasil aos escritos sobre gestão escolar: mudanças e continuidades. **Currículo sem Fronteiras**, v.9, n.2, pp.258-285, Jul/Dez 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>. Acesso em: 19 jan 2017.

ENRIQUEZ, Eugène. **A organização em análise**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UNB, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7ª. edição revista. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2013.

LOVATTO, Angélica. A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe — os tempos do Iseb. In: **Luta Sociais**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais. São Paulo: PUC, 2010. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v3_artigo_angelica.pdf. Acesso em 15 jan 2017.

MARINHO, Iasmin da Costa. Administração escolar no Brasil (1935-1968): um campo em construção. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo**. São Paulo, 2014.

MASCARO, Carlos Corrêa. III Conferência Nacional de Educação. Anais. Ministério da Educação e Cultura. Salvador Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. MEC, 1968. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002590.pdf>. Acesso em: 25 jan 2017.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educ. Soc.**, Campinas, vol 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/08.pdf>. Acesso em: 19 de jan 2017.

PEREIRA, Gilson R. de M. e ANDRADE, Maria da Conceição Lima de. A construção da administração da educação na RBAE (1983-1996). **RBP AE** – v.23, n.1, p. 139-153, jan./abr. 2007, pp.137-151. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19022>. Acesso em: 30 jan 2017.

PESSOA, Marcela Sabrina de Albuquerque. A educação durante a República Velha em Pernambuco: um estudo sobre a Reforma Educacional de Carneiro Leão entre os anos 1928 e 1930. Dissertação (Mestrado em Educação). **Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPE**. Recife, 2015.

REBELATTO, Durlei Maria Bernardon. **Trajatória da administração educacional no Brasil: tessituras, rupturas e continuidades**. IV Colóquio Internacional de Educação (Educação, diversidade e ação pedagógica) e I Seminário de “Estratégias e ações multidisciplinares” (Projeto Unoesc / Programa Observatório da Educação – CAPES).

Editora UNIOESC, v.2, n 1, 2014. Disponível em: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/coloiuinternacional/article/view/5149>. Acesso em: 10 jan 2017.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: São Paulo, 2007.
SAHLINS, Marshall David. **Ilhas de história**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

SANDER, Benno. Jubileu de Ouro da Anpae (1961-2011). Oração comemorativa do professor Benno Sander, Presidente da Anpae São Paulo, 26 de abril de 2011. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.27, n.2, 2011. pp. 350-355. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/24779/14369>. Acesso em: 19 jan 2017.

_____. **Introdução à história da ANPAE como sociedade civil no campo da educação**. SIMPÓSIO Brasileiro de Política e Administração da Educação (23: 2007: Porto Alegre). Porto Alegre, RS: UFRGS/FACED/PPGEDU, Série Cadernos ANPAE, n. 4, 2007. 1 CD-ROM. ISSN 1677-3802. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/website/estudos-e-ensaios/28-a-historia-da-anpae-como-sociedade-civil-no-campo-da-educacao-uma-introducao>.

SANTOS, Paulo Afonso dos e FERREIRA, Elenice Silva. **Contribuições dos ideários pedagógicos de Querino Ribeiro para a administração escolar no Brasil: algumas reflexões**. IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/1.34.pdf. Acesso em: 19 jan 2017.

TEIXEIRA, Anísio S. Educação e Desenvolvimento. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.71-92. Disponível em: <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/>. Acesso em: 19 jan 2016